

A influência da extensão universitária na formação social e profissional do discente.

Artur Botelho da Silveira Conceição

José Antonio Mori

Reinaldo Rodrigues Camacho

RESUMO:

Considerando a perspectiva dos discentes, a presente pesquisa possui como objetivo verificar a influência social e profissional que a atividade de extensão universitária exerce em seus participantes. Por meio de um estudo de caso foi possível analisar a influência desses aspectos nas pessoas que estiveram presentes na atividade de extensão realizada na UNESPAR campus Apucarana. Esses resultados puderam ser identificados por análise documental, aplicação de um questionário, entrevista, observação direta e análise de dados qualitativos. Os resultados demonstram uma contribuição social propiciada pelo desenvolvimento do conteúdo apresentado às pessoas e a discussão entre estas e seu meio de convivência. Também apresenta uma contribuição profissional por meio de simulação de situações vivenciadas no dia a dia pelos profissionais da contabilidade que foram apresentadas na realização da atividade. O estudo contribui com o desenvolvimento do conhecimento acadêmico apresentando resultados apurados por métodos científicos e que poderão ser aprofundados em estudos futuros para se testar a validade dos resultados aqui obtidos

PALAVRAS-CHAVE: Atividade de extensão, Profissão contábil, Integração social.

1. Introdução

O mundo, assim como a ciência e a sociedade, encontra-se em constante evolução, diante disso, percebe-se a necessidade de se realizar estudos e obter uma compreensão mais profunda de fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e profissionais da atualidade (Santos & Pinho, 2019). Uma instituição que pode ser considerada como grande responsável por impulsionar o conhecimento da sociedade que está inserida nesta evolução é a Universidade.

No Brasil, a universidade possui seu alicerce no tripé ensino, pesquisa e extensão. Inclusive sua indissociabilidade é descrita na constituição federal de 1988 em seu artigo 207, onde esse, apresenta que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Essa indissociabilidade instituída pela constituição federal demonstra que as ações extensionistas não se tratam de ações meramente assistenciais. A constituição federal, marca um espaço político de articulação da extensão junto à universidade. Após sua publicação, a extensão passa a fazer parte do conjunto sistêmico que forma o estudante que ingressa na universidade fazendo com que ocorram momentos de aprendizagem e construção intelectual e pessoal de maneira integrada à sociedade (Medeiros, 2017).

O pensamento extensionista pode ser encontrado na literatura desde a fase da criação das Escolas Superiores, na época imperial. Basicamente, fatores sociais e políticos foram os principais marcos intrínsecos às Reformas Educacionais e à estruturação do Ensino Superior que impulsionou a Extensão Universitária (Cunha, 2007).

A Extensão é um componente recente na estrutura universitária brasileira. A universidade se estruturou predominantemente sob o Ensino e Pesquisa em sua origem no território nacional. Somente após a reforma educacional que ocorreu em 1968 que a extensão passou a exercer um papel importante na estrutura universitária. Outrossim, suas bases surgiram anteriormente fora do território nacional (Batista e Kerbauy, 2018).

A extensão universitária no Brasil, sofreu influência europeia, norte americana e argentina (Kochhann, 2017). Com relação à influência europeia identifica-se fortes traços de assistencialismo, no que tange à influência norte americana percebe-se fortes traços mercantilistas, por fim, com relação à influência argentina observa-se traços acadêmicos (Melo Neto, 2001).

As ações extensionistas influenciadas por características europeias e norte americanas podem ser verificadas em 1911 em instituições dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, por meio de prestação de serviços à sociedade (Miguens Jr & Celeste, 2014). No período entre 1911 e 1917 a Universidade Popular Livre de São Paulo, disponibilizava alguns cursos com o intuito de atender as camadas mais populares da sociedade, fazendo com que a universidade já realizasse atividades extensionistas naquela época (Kochhann, 2017).

Atualmente a extensão universitária no Brasil tem sido idealizada como uma das formas de aprofundar a relação entre as universidades e a sociedade (Koglin & Koglin, 2019).

Durante a análise do regulamento de extensão e cultura, normatizado pela resolução nº 011/2015-CEPE/UNESPAR objeto do presente estudo, percebe-se que a indissociabilidade do tripé deve ser mantida. Conquanto, o presente artigo foca exclusivamente no estudo sobre como a atividade de extensão realizada nos dias 01/04/2023 e 15/04/2023 contribuiu com a formação social e profissional dos discentes que participaram desta atividade.

Especificamente, o presente artigo pretende analisar, por meio de um estudo de caso, a influência que a atividade de extensão exerce nos alunos do terceiro e quarto ano da Universidade Estadual do Paraná UNESPAR *campus* Apucarana no que tange a contribuições sociais e profissionais aos discentes participantes da referida atividade.

No intuito de se verificar a influência da extensão universitária nos discentes aqui estudados coletou-se dados por meio da aplicação de um questionário com perguntas fechadas e perguntas semiabertas, cujos respondentes foram os alunos que participaram da atividade de extensão, realizou-se observação direta do material aplicado na atividade e efetuou-se uma entrevista com os professores responsáveis pela realização da mesma.

A estrutura do questionário visa verificar a influência social exercida pela atividade de extensão no que se refere ao relacionamento intelectual do aluno com a sociedade e compreender a capacidade de aperfeiçoamento profissional dessa atividade por meio de desenvolvimento de conhecimentos práticos e apresentação de uma realidade empírica da rotina de um cientista contábil.

A motivação para o desenvolvimento do presente estudo foi compreender a influência social e profissional que a atividade de extensão universitária exerce nos estudantes que participam destas atividades. Outro fator influente na escolha da universidade objeto da presente pesquisa é que esta já possui implantada e em funcionamento a atividade de extensão desde 2014, concomitantemente ao fato de se ter maior acessibilidade à aplicação dos instrumentos de coleta de dados.

A contribuição teórica do presente estudo encontra-se no fato de tornar possível uma maior compreensão das características e finalidades da atividade de extensão universitária, um maior entendimento da perspectiva dos estudantes sobre os benefícios oriundos da realização da atividade, uma percepção da indissociabilidade entre a extensão o ensino e a pesquisa, e ainda uma verificação se os objetivos de realização da atividade estão sendo atingidos.

No que tange a contribuição acadêmica o presente artigo proporciona um resultado capaz de instigar a realização de novos estudos em outras universidades no intuito de se verificar se o que foi apurado nos resultados do presente estudo pode ser identificado em outras universidades, ampliando assim a compreensão aqui iniciada.

No âmbito social a contribuição é percebida no fato de o estudo analisar uma atividade que se estende além dos muros da universidade ofertando a toda sociedade informações úteis sobre atividades da profissão contábil.

A participação direta dos discentes e da sociedade envolvida na atividade de extensão aqui estudada, demonstra uma efetiva forma de ensinamento de procedimentos executados por profissionais da contabilidade em seu dia a dia, tornando possível verificar se a Extensão Universitária está atendendo às demandas sociais existentes, propiciando a emancipação dos

indivíduos e a promoção do desenvolvimento local da universidade que está sendo aqui estudada.

O presente estudo divide-se em um capítulo introdutório, seguido do referencial teórico, da apresentação dos métodos utilizados na pesquisa, da demonstração dos resultados obtidos por esta, e, finalmente, das considerações finais obtidas durante a realização do estudo.

2. Referencial Teórico

Nesta seção apresentar-se-á o alicerce teórico acerca do objeto de estudo do presente artigo, este, inicia-se com uma abordagem histórica da extensão universitária no mundo e no Brasil, seguido de uma apresentação de conceitos sobre esta e finalizado com uma análise a fim de compreender a influência da extensão universitária no desenvolvimento educacional e social.

2.1. Abordagem histórica da extensão universitária

Em tempos remotos, quando o conceito de extensão universitária ainda nem havia sido instituído, podem ser verificadas práticas que caracterizam esta atividade em escolas gregas que disponibilizavam aulas abertas ao público e também nas universidades europeias medievais que compartilhavam o conhecimento com as classes menos favorecidas por meio de ações filantrópicas de caráter assistencialista (Serrano, 2012).

A institucionalização da extensão universitária possui um vínculo com a educação continuada direcionada não apenas às camadas menos favorecidas de uma população, mas a toda a população adulta em geral que não possui acesso às universidades. No século XIX houveram registros de atividade de extensão em universidades americanas, onde realizavam-se serviços na área rural e também urbana (Nogueira, 2001).

Basicamente, a evolução da extensão universitária pode ser compreendida por cinco fases. Na primeira, conhecida como pré-extensionista, há uma caracterização de um assistencialismo religioso das universidades medievais, nas outras quatro, que formam o chamado período extensionista, verificam-se etapas que se iniciam com o surgimento da extensão universitária na Inglaterra, por meio de prestação de serviços à comunidade, segue-se pelas universidades europeias onde são desenvolvidas atividades populares pelas universidades, avança com o mercantilismo desenvolvido pelas universidades dos Estados Unidos em 1860 e chega até as ações libertadoras na América Latina nos anos de 1918, onde surge o conceito de extensão dialógica (Oliveira e Goulart, 2015).

Nogueira (2001) também destaca que na década de 1980 ocorre um marco importante na história da extensão universitária no Brasil. Segundo ela, nessa data ocorre a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, fator esse que motivou discussões a respeito de ações da universidade e o impacto destas na sociedade em geral.

Nota-se que gradativamente constrói-se uma imagem da extensão universitária como uma prática que faz parte da vida acadêmica do estudante universitário, encerrando assim a separação que esta atividade possuía em relação ao Ensino e a Pesquisa, possibilitando uma indissociabilidade de todo o conjunto de atividades necessárias para se estruturar a

Universidade como um todo. Outrossim, essa indissociabilidade é responsável por fortalecer a relevância das ações extensionistas à estrutura de aprendizado das universidades (Medeiros, 2017).

Paulatinamente esse entendimento sobre a importância da ação extensionista vem sendo fortalecida, pode-se notar essa característica na publicação da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, onde se estabeleceram diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, definindo-se princípios, fundamentos e procedimentos que deverão fazer parte do planejamento, das políticas, da gestão e da avaliação das instituições de ensino superior no Brasil.

Atualmente, no Brasil, a extensão é percebida como um processo educacional interdisciplinar que visa garantir articulação e comunicação, proporcionando debates que possibilitam a troca de conhecimentos e experiências capazes de promover uma interação entre a universidade e a comunidade local, levando consigo a difusão do conhecimento científico (Pinheiro & Narciso, 2022).

2.2. Conceituação da Extensão Universitária

Um conceito de extensão universitária pode ser verificado em Berheim (1978) onde ele afirma que a extensão pode ser entendida como uma projeção do conhecimento para a comunidade aumentando o raio de ação da universidade permitindo assim a participação cultural nos setores sociais.

Atualmente, a extensão universitária pode ser percebida como um espaço com função potencializadora na formação de alunos e na capacidade de contribuir com a sociedade. Esse é um aspecto responsável pelo fortalecimento de uma universidade reflexiva que esteja atenta às críticas que poderá sofrer e, a partir destas fornecer respostas à sociedade. Outrossim, as mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais são fatores que precisam ser compreendidos cientificamente para que se possa realinhar, de tempos em tempos, as expectativas que são construídas sobre as atividades universitárias (Mascarenhas, da Silva & Torres 2021).

Após a Resolução nº 7 de 2018, formaram-se os pilares de sustentação para uma compreensão dos caminhos a serem seguidos pelo ensino superior. Dessa forma, a extensão universitária gradativamente passou a ser utilizada para impulsionar a concretização de atividades que qualificam a experiência formativa dos alunos, apresentando como horizonte processos de democratização e transformação social (Mascarenhas, da Silva & Torres, 2021).

Por fim, pensar a extensão universitária pressupõe o processo de formação acadêmica embasada em uma pedagogia crítica e reflexiva, onde são desenvolvidos novos conhecimentos que surgem por meio da compreensão do contexto social em que a universidade está inserida, assumindo-se assim, uma interface entre o saber acadêmico e o popular, construindo-se uma

relação de criticidade e de troca de experiências, onde os estudantes e professores serão os sujeitos que fazem e refazem a história da universidade (Passos & Lohn, 2021).

2.3. Influência da extensão universitária

Partindo da interpretação de Cruz (2013) as ações extensionistas caracterizam-se por uma modalidade de prestação de serviços que, dependendo de suas configurações de aplicação e das características intrínsecas à sua intenção, podem revelar uma disposição e alinhamento com práticas que expressam um desempenho de cunho assistencialista ou que se configuram como de perfil mercantilista.

Sob a perspectiva assistencialista, nota-se uma medida de abrandamento de algumas expressões da questão social, o que não ocorre, no enfrentamento de suas raízes político-sociais, haja vista que as atividades desenvolvidas não objetivam e nem se propõem em prestar algum tipo de apoio efetivo que caracterize uma superação das desigualdades sociais e estruturais que afetam gravemente a vida de grupos sociais populares (Cruz, 2013).

No que tange ao enfoque mercantilista da extensão universitária, isso decorre de sua opção e postura de buscar uma maior aproximação e interação das instituições de ensino superior com o setor privado. Dando ênfase ao desenvolvimento de produtos e ofertando serviços que gerem benefícios financeiros para os entes envolvidos, não obstante a formação e qualificação de recursos humanos que possam ser utilizados para a conservação e aprimoramento do modo de produção social capitalista (Cruz, 2013).

Atualmente são identificados novos papéis da extensão onde ela visa não somente democratizar a aprendizagem, como também incentivar uma participação da comunidade na troca de informações, inserindo a pesquisa acadêmica na realidade brasileira e permitindo que os cidadãos se tornem sujeitos na construção do conhecimento, e não apenas objetos de estudo ou de transmissão de conhecimento (Nogueira, 2005). Dessa forma, a extensão é percebida como uma prática que interliga ensino e pesquisa com as demandas sociais, possibilitando a formação de profissionais cidadãos e fornecendo as bases para a superação das desigualdades sociais.

Especificamente na instituição de ensino que será estudada nesta pesquisa pode-se notar que a atividade de extensão realiza uma influência social por meio da inserção dos alunos de maneira ativa em atividades que desenvolvem conhecimento prático nestes, concomitantemente à participação da sociedade no desenvolvimento e aquisição deste conhecimento.

Nota-se essa característica na universidade objeto de estudo da presente pesquisa, inicialmente pela estrutura de seu regulamento das atividades de extensão, onde neste é descrito que a atividade de extensão compreende a participação dos alunos e professores como coordenador, organizador, colaborador, palestrante, ministrante, mediador e/ou debatedor em eventos, minicursos e oficinas. Essa participação exige a realização de atividades de interesse social e deve ocorrer de maneira voluntária.

Também nota-se a influência exercida pela atividade de extensão nos 26 alunos da universidade aqui estudada por meio da análise de suas respostas ao questionário aplicado àqueles que participaram do evento ministrado por dois professores da instituição nos dias 01/04/2023 e 15/04/2023. Foi possível constatar a absorção do conhecimento ocasionado pela

atividade de extensão a partir de uma entrevista com os professores que realizaram a atividade quando eles afirmaram que por meio de uma simulação de uma situação onde foi necessário o preenchimento do GAP (Ganho de Capital), do livro caixa, da importação destes dados à declaração de ajuste anual, o preenchimento desta e o entendimento do envio destes dados à Receita Federal do Brasil eles verificaram o entendimento dos alunos não só de como preencher as declarações, mas também, da relevância de serem preenchidas corretamente e sem omissões.

2.4. Curricularização da Extensão

Curricularizar a extensão é muito mais que somente dar créditos à extensão. Trata-se de uma possibilidade de reconfigurar as maneiras de ensino no que tange ao contexto universitário, às relações interpessoais, a construção da cidadania inserido em uma proposta de formação crítica, tendo em vista que a universidade não é uma instituição separada da sociedade, mas que possui um caráter de promoção da reflexão intelectual e desenvolvimento do senso crítico das pessoas que estão inseridas nesta e vivenciando suas mudanças (Pereira & Vitorini, 2019)

No Brasil o termo “extensão universitária” aparece na legislação educacional em 1931, no primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras. Em 1961 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 a extensão é considerada como organismo da vida social universitária, por meio de cursos focados na transmissão de conhecimento e assistência. Em 1968 a lei 5.540/68 torna a extensão obrigatória a todas as Instituições de Ensino Superior no Brasil. Já em 1988 na carta magna em seu artigo 207 é destacado o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Posteriormente, em 1996 surge a nova Lei de Diretrizes e Bases, lei nº 9.394/96 que em seu artigo 43 inciso VII determina como uma das finalidades da educação superior, a promoção da extensão, aberta à participação da população, com vistas à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas científicas e tecnológicas geradas na instituição. Em seu artigo 44 essa lei menciona que a educação superior abrangerá, dentre outros, os programas de extensão.

Uma definição relevante da extensão universitária surge em 1987 com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Neste, ela é definida como processo educativo, cultural e científico que viabiliza a relação transformadora da Universidade e Sociedade. Ainda neste, verifica-se que no retorno à Universidade, docentes e discentes, trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica será acrescido àquele conhecimento (ForProex, 2000/2001)

Somente a partir da década de 1980 é que as Instituições de Ensino Superior discutiram o conceito de extensão e sua efetivação prática. Algum tempo depois, Nogueira (2000) afirma que a percepção social da extensão universitária cumpre com o princípio de que para a formação do(a) profissional cidadão(ã), será necessária sua interação com a sociedade, o que por meio de sua formação técnica poderá se identificar com problemas que possivelmente terá de lidar em sua carreira profissional.

Em 2001 a lei 10172 de 09 de janeiro de 2001, é aprovado o Plano Nacional de Educação, neste, é determinado como necessário o fortalecimento do setor público para que

seja possível manter as atividades de ensino, pesquisa e extensão, que constituem o suporte para o desenvolvimento tecnológico e cultural do país. Paralelamente, é considerado importante a expansão do setor privado desde que este opere com qualidade.

Somente quase uma década depois a Lei 13.005/2014 traz metas e estratégias para adoção de programas de extensão que sejam capazes de realizar uma capacitação tecnológica da população jovem e adulta, por meio de ações desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva da população. Também nesta é assegurado o mínimo de 10% (dez por cento) do total dos créditos curriculares exigidos para a graduação aos programas e projetos de extensão universitária com prioridade às áreas de grande pertinência social.

Uma visão otimista da extensão universitária é encontrada em Santos (2020) onde ele afirma em sua tese que para o decênio 2014-2024, ele acredita que a extensão nas reformas universitárias se apresentará aos cursos de graduação com um novo papel onde o foco manter-se-á no enfrentamento dos problemas gerados pelo capitalismo global, na luta contra a exclusão social, na defesa do meio ambiente e também a favor da diversidade e pluralidade cultural. Diante do exposto, fica claro o desafio das atividades de extensão para cumprir sua finalidade.

Finalmente, na Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 o Ministério da Educação, estabelece diretrizes para a Extensão na educação superior Brasileira e regimenta a meta que assegura o mínimo de 10% (dez por cento) do total dos créditos curriculares mencionado acima. Nesta resolução são destacadas as características que estruturam a concepção e a prática dessa atividade na educação superior e também define na curricularização da mesma quais características são necessárias para que ela se constitua.

3. Método de pesquisa

Esse artigo consistiu-se de um estudo de caso único de caráter qualitativo que objetiva analisar a influência social e profissional que a extensão universitária exerce nos discentes do curso de ciências contábeis da UNESPAR campus Apucarana. Uma definição clara sobre as características de um estudo desse cunho pode ser encontrada na obra de Yin (2001) onde ele demonstra que um estudo de caso é uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real baseando-se em fontes de evidências que devem ser trianguladas para se obter um resultado. Outrossim, Yin (2001), deixa claro que em uma linguagem de avaliação uma característica do estudo de caso é sua explanação que une a implementação de um programa com a análise de seus efeitos.

As fontes de evidências na coleta dos dados do presente estudo são a observação direta, a análise documental, a aplicação de um questionário aos discentes que participaram da atividade e a realização de entrevista com os dois professores responsáveis pela condução da atividade.

Durante a observação direta verificou-se como os alunos se relacionaram com três programas validadores disponibilizados gratuitamente no site da Receita Federal do Brasil, o Livro Caixa do Produtor Rural, o Cálculo do Ganho de Capital e a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física. Na análise de documentos foi possível obter acesso a

estrutura da avaliação aplicada pelos professores com o intuito de mensuração do desempenho dos participantes e os resultados destes.

Durante a análise de documentos obteve-se acesso ao regulamento da atividade de extensão da universidade e foi possível verificar se os objetivos ali definidos estão sendo atingidos pela universidade, especificamente na atividade de extensão aqui pesquisada. Com relação ao objetivo de contribuir para o desenvolvimento de um processo de formação do estudante, da qualificação do professor e do intercâmbio com a sociedade, percebeu-se que a atividade proporciona o desenvolvimento do discente por meio de um aprofundamento de conceitos e uma apresentação de exemplos de situações empírica abordadas na atividade de extensão. No que tange a qualificação do professor observou-se que eles realizam um planejamento da atividade e um desenvolvimento de novas estratégias de ensino que são exigidas pela mesma. Finalmente, o intercâmbio com a sociedade é identificado pelos comentários que os participantes fizeram com os professores referente a discussões que tiveram com o meio social onde vivem.

Outro objetivo destacado no regulamento da atividade de extensão da universidade que foi atingido refere-se desenvolvimento de propostas articuladas às políticas públicas. Durante a observação direta notou-se que houveram esclarecimentos sobre procedimentos a serem realizados enquanto se alimentam dados nas declarações que demonstravam a possibilidade de se destinar parte do imposto a recolher gerado no cálculo da declaração para entidades do terceiro setor, contribuindo assim com o desenvolvimento econômico e social da comunidade.

No que tange ao delineamento da pesquisa, como afirmam Beuren e Raupp (2003) estudos da Contabilidade possuem particularidades onde o uso de uma metodologia com enfoque em tipologias de delineamento de pesquisas agrupadas em três categorias são as mais aplicáveis. Esse agrupamento é realizado no que se refere ao objetivo, aos procedimentos e quanto a abordagem do problema.

No que se refere ao objetivo, a pesquisa possui o caráter descritivo devido seu principal foco centrar-se em descrever fenômenos percebidos durante a realização da atividade de extensão e o estabelecimento de relações entre variáveis. Como elucidado por Andrade (2002) a pesquisa descritiva se desenvolve por meio de observação, registro, análise, classificação e interpretação dos fatos, de forma que o pesquisador não interfere nestes, logo, os fenômenos acadêmicos foram estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.

Com relação aos procedimentos Beuren e Raupp (2003) destacam que na pesquisa científica eles se referem à maneira pela qual o estudo é conduzido e os dados são obtidos. Silva (2003) demonstra que o estudo de caso analisa um ou poucos fatos com profundidade, tendo como objetivo a ser pesquisado o indivíduo, a universidade, uma atividade, uma instituição ou até mesmo uma situação. Para avaliar a influência social e profissional que a atividade de extensão exerce nos discentes, efetuou-se um estudo de caso com os alunos que participaram da atividade realizada na universidade, tornando possível a coleta de dados permitindo-se a compreensão e análise dos mesmos.

No que se refere a abordagem do problema o presente artigo possui caráter qualitativo. Em sua obra, Yin (2016) apresenta as características que definem essa abordagem mencionando que trata-se de um estudo do significado da vida das pessoas nas condições da

vida real, representando-se opiniões e perspectivas dos participantes do estudo, abrangendo condições contextuais em que as pessoas vivem, contribuindo com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano e, por fim, esforçando-se por utilizar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte. Sendo assim, considerando que o artigo buscou representar e analisar as opiniões e perspectivas dos discentes que participaram da atividade de extensão com o intuito de se verificar a influência social e profissional que esta atividade exerce em suas vidas, nota-se a caracterização da presente pesquisa em sua abordagem qualitativa.

Tratando-se da unidade de análise, um elemento importante no estudo de caso único é a definição do caso que se pretende pesquisar (Yin, 2016). Para que a escolha do caso seja bem sucedida é importante que o pesquisador possua acesso suficiente aos dados a serem coletados, seja por análise documental, registros, entrevistas ou por observações de campo. Diante disso escolheu-se a atividade de extensão realizada na UNESPAR campus Apucarana devido a relevância do tema e o fácil acesso às fontes de dados necessárias para realização do estudo.

Na busca pelo cumprimento do objetivo deste artigo foi elaborado o constructo de pesquisa que, como descrito por Beuren e Raupp (2003) trata-se de uma definição operacional que visa identificar o elo entre os conceitos e as observações, visto que atribui significado a uma variável, especificando as atividades ou operações necessárias para medi-la. A observação de um conjunto de variáveis busca classificar um conceito que apresenta aspectos discerníveis em um objeto de estudo passível de mensuração.

Quanto ao aspecto social verificou-se as motivações pessoais que impulsionaram a participação dos respondentes na atividade de extensão e o relacionamento destes com outras pessoas por meio de discussões sobre o que foi apresentado durante a realização da atividade. Com relação ao aspecto profissional identificou-se características de consciência, por parte dos participantes, sobre quão úteis para o dia a dia do contador são os recursos abordados na atividade e qual o nível de confiança do participante caso ele atue na área e necessite utilizá-los em sua rotina diária.

Tratando-se do instrumento de pesquisa, foi aplicado um questionário com perguntas fechadas, que segundo Gil (1999) trata-se de uma técnica de investigação composta por um número específico de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas. Para validação do questionário, ele foi submetido a dois pesquisadores da área que deixaram suas contribuições quanto a estrutura do mesmo.

Outro instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista, que se trata de um instrumento útil para se coletar dados necessários à obtenção de respostas para a questão estudada (Beuren & Raupp, 2003). Tendo em vista o objetivo de compreender a influência social e profissional que a atividade de extensão exerce em seus participantes, esse instrumento de pesquisa proporciona um contato face a face e, devido a isso, é mais indicado para compreensão dos sentimentos das pessoas, suas crenças e expectativas sobre uma determinada situação presente e futura. As entrevistas foram realizadas com os professores que aplicaram a atividade no intuito de se verificar se a influência que está sendo analisada na pesquisa encontra-se em seus objetivos e se ela está se consumando durante e após a realização da atividade.

Outro instrumento foi a análise documental, ela é muito útil na coleta de evidências e precisa ser realizada cuidadosamente, não se deve considerar os documentos como registros literais dos eventos ocorridos, mas sim, efetuar uma interpretação que corrobore e aumente a evidência das outras fontes de coleta de dados (Yin, 2016). Nesse sentido foram analisados os materiais trabalhados na atividade, as avaliações que os professores aplicaram após a atividade e o regulamento de atividade de extensão da universidade.

Por fim, outra fonte de evidência utilizada como instrumento de coleta de dados foi a observação direta, nesta obtêm-se provas observacionais que, em geral, são úteis para fornecer informações adicionais sobre o tópico que está sendo estudado (Yin, 2016). Durante a observação foi possível perceber as facilidades e as dificuldades vivenciadas pelos alunos na compreensão do funcionamento dos recursos apresentados durante a realização da atividade e assim foi possível comparar o que foi observado com as respostas que foram obtidas pela aplicação do questionário e, então, analisar a relação entre esses fatos.

Após a coleta, foi realizada uma análise de dados qualitativos, essa, inicia-se com processamento dos dados por meio de procedimentos analíticos até que estes tenham se transformados em uma informação clara, compreensível, criteriosa, confiável e original (Gibbs, 2009).

Para a realização dessa análise de dados qualitativos, fez-se necessário a aplicação de um critério sistemático e metódico para a organização e interpretação dos dados coletados. Para isso, foi utilizado o método de análise de dados qualitativos apresentado por Yin (2016). Este método é dividido em cinco fases onde são realizadas a compilação da base de dados, a decomposição dos dados, a recomposição destes, a interpretação dos mesmos e, por fim, uma conclusão do significado encontrado na pesquisa conforme elucidado na Figura 1.

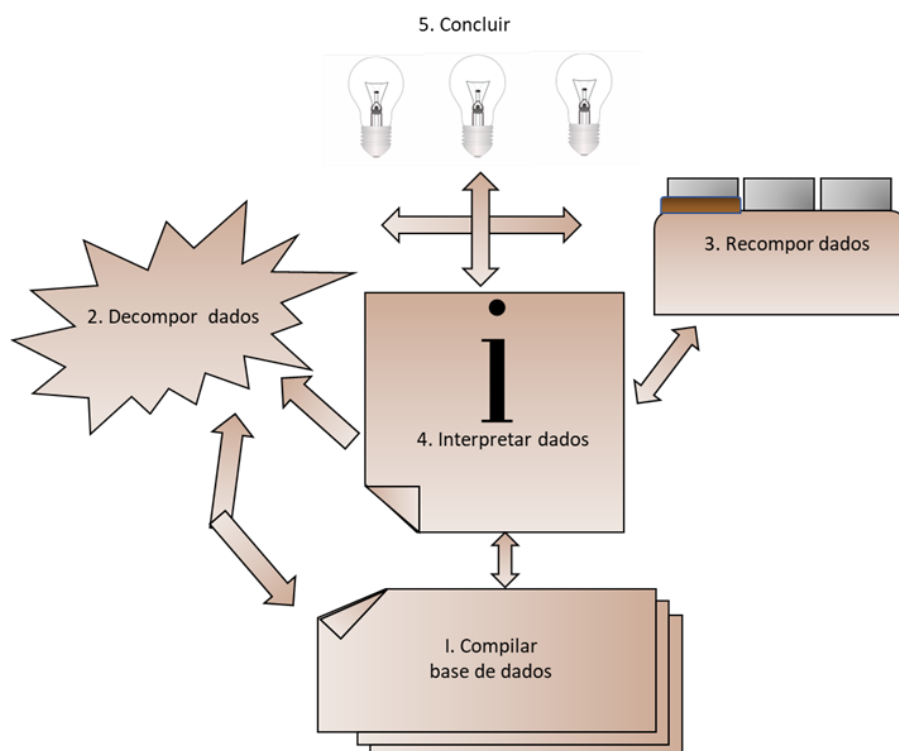


Figura 1. Análise de dados qualitativos

Fonte: Adaptado de Yin 2016.

Nota-se na figura que ela representa um ciclo completo de cinco fases, as setas indicam a sequência entre elas, as setas bidirecionais significam que pode-se oscilar entre as duas fases, consequentemente, a figura como um todo sugere que a análise tende a ocorrer de uma maneira não linear (Yin, 2016).

Os participantes da atividade são exclusivamente alunos do terceiro e do quarto anos do curso de ciências contábeis e a seleção destes foi feita por meio de inscrição formal dos interessados. Esta, ficou disponível por um período de quinze dias. Após seu encerramento foram verificados vinte e oito inscritos, sendo que no primeiro dia do evento participaram vinte e quatro pessoas e no segundo dia somente vinte e uma. A certificação do evento com carga horária de seis horas só foi conferida aos discentes que participaram dos dois dias de evento.

4. Análise dos Resultados

Na análise de dados qualitativos com base no método de Yin (2016), obteve-se uma recomposição de dados cujas classes foram separadas por fatores relacionados a motivação dos participantes, a verificação da relação teoria e prática propiciada pela atividade, a promulgação de conhecimento à sociedade por parte dos participantes, os esclarecimentos profissionais proporcionados por esta, por fim, compreender se os participantes sentiram-se seguros em atuar profissionalmente com os recursos que foram abordados durante a atividade de extensão

Os participantes do evento concentram-se na faixa etária de 18 a 24 anos, em sua maioria mulheres (onze) e o restante homens (dez) todos estudantes do curso de ciências contábeis.

No que se refere a primeira classe da recomposição dos dados cabe ressaltar que não houve nenhuma resposta indicando que o motivo da participação fosse alguma exigência da universidade, como, por exemplo, cumprimento de carga horária exigido pela mesma, mas sim, o que motivou a participação dos discentes foi a busca por ampliação de seus conhecimentos e a curiosidade sobre a prática do conteúdo que tiveram contato em sala. Isso demonstra a vontade pessoal do aluno em participar da atividade espontaneamente no intuito de conhecer mais sobre a prática da profissão almejada. Um estudo recente realizado em uma universidade da zona oeste do Rio de Janeiro demonstra os resultados dessa iniciativa dos alunos que atualmente estão desejando ser os protagonistas de seu próprio desenvolvimento intelectual, tornando o professor um proponente de atividades em que o aluno desenvolve empiricamente os conhecimentos adquiridos, ampliando sua criatividade, capacidade de análise, habilidade de sintetização de conteúdo e a emancipação do trabalho colaborativo (Oliveira, Melo & Rodriguez, 2023).

Com relação a segunda classe, na recomposição dos dados percebe-se que os participantes identificaram uma forte relação entre a teoria apresentada em sala e a prática vivenciada por profissionais da área. Um recurso utilizado pelos professores foi a simulação de situações reais do cotidiano de um profissional da contabilidade, momento em que os alunos puderam comparar seus aprendizados teóricos em sala com a prática simulada pelos professores durante a realização da atividade de extensão. Um estudo sobre a relação entre

o saber teórico e o saber prático na formação em contabilidade em universidades do estado da Paraíba, deixa claro a relevância de a universidade atuar de forma a aproximar o saber teórico à realidade prática do profissional de contabilidade (Moreira, Vieira & Silva, 2015). Neste, as autoras afirmam a necessidade das universidades resguardarem sua autonomia, advogando suas reais pretensões como instituição científica, buscando-se uma maior interação entre ensino, pesquisa e extensão, capaz de tornar o discente um cidadão atuante, de forma eficiente e eficaz, na sociedade moderna, promovendo a emancipação do sujeito, tornando-o capaz de vislumbrar um horizonte no qual possa participar ativamente na transformação da sociedade em que vive.

Na terceira classe da recomposição dos dados verificou-se a questão social da atividade de extensão, nesta, foi possível perceber, tanto nas respostas dos alunos ao questionário aplicado, quanto por meio de observação direta, que a atividade proporcionou discussões entre os participantes e outras pessoas na sociedade a respeito dos conteúdos abordados. Com isso foi possível, não só, o esclarecimento de dúvidas dos discentes, como também gerar novas dúvidas a respeito de situações específicas que foram questionadas junto aos professores no segundo dia de atividade. Nota-se a partir dessa situação, o impacto social ocasionado pela atividade de extensão no sentido de tratar situações empíricas vivenciadas por profissionais da contabilidade durante a sua realização e, com isso, fazer com que os alunos levem esse conhecimento para fora dos muros da universidade divulgando seu aprendizado à sociedade e aperfeiçoando seu conhecimento a partir de troca de ideias com pessoas de seu convívio social a respeito de temas relacionados ao que ele aprendeu. Uma pesquisa realizada por Magalhães, Ferreira, Neto, Dessy e Moreira (2020), demonstra a importância desse relacionamento social do aluno no sentido de propagar o conteúdo apresentado em sala. Os autores também afirmam que atualmente, a experiência e o conhecimento ainda são dos professores, contudo, é muito importante que haja uma maior interação professor-aluno, aluno-aluno e aluno-sociedade, pois dessa forma propaga-se a valorização do ser humano, de suas experiências e de seus conhecimentos, estimulando a busca por novos conhecimentos e tecnologias inovadoras e dessa forma o ensino superior desenvolve o senso crítico e a visão analítica dos discentes a respeito de problemas enfrentados pela sociedade em que eles estão inseridos.

No que se refere a quarta classe obtida pela recomposição dos dados percebe-se que para a maioria dos participantes ficou claro como proceder diante de uma situação vivenciada por um profissional da área no que se refere ao uso dos recursos abordados durante a realização da atividade. Também foi possível notar que houve maior número de respondentes que afirmaram estar claro para eles quais as finalidades, as funcionalidades, a importância de se preencher as informações corretas e sem omissões de cada declaração tratada na atividade de extensão. Somente duas pessoas afirmaram não estar claro essas características para elas.

Ao se perguntar se restaram dúvidas verificou-se que os alunos apresentaram algumas dúvidas específicas que abordavam situações não tratadas na atividade, isso mostra que estavam atentos, compreenderam o tema, mas necessitavam de um aprofundamento sobre alguns procedimentos a serem realizados em situações específicas. Outro detalhe interessante percebido aqui foi a vontade de um participante de praticar novamente as atividades propostas, isso demonstra o interesse do aluno em avançar no aprendizado e reforçar o que já foi aprendido, outrossim, essa vontade demonstra novamente a existência de interesse espontâneo do discente mencionado na pergunta um. Em uma pesquisa sobre

métodos de ensino, Vargas, Scherer e Gacia (2020) afirmam que atualmente há uma demanda por profissionais cada vez mais qualificados devido a tecnologia de informação e comunicação estarem em constante evolução e ampliando suas transformações nas formas de fazer negócios exigindo que os profissionais estejam mais capacitados a pensar, sentir e agir de maneira mais ampla e aprofundada, estabelecendo um alto comprometimento com o contexto profissional no qual está inserido. Nesse sentido as instituições de ensino superior são desafiadas a proporcionar conhecimento suficiente aos discentes para que os mesmos possam atender às exigências do mercado de trabalho. Evidentemente, a atividade de extensão possui características capazes de propiciar essas experiências.

Na quinta e última classe obtida pela recomposição dos dados foi analisada a segurança que os alunos adquiriram após a atividade de extensão no que se refere a realizar as declarações tratadas na atividade em um contexto real. A maioria afirmou estarem seguras caso fosse necessário realizar a entrega das declarações nesse contexto. Somente cinco respondentes afirmaram não se sentirem seguros em entregar as respectivas declarações. Identificou-se que essa insegurança foi motivada por dúvidas que surgiram durante a atividade de extensão e que não foram levantadas junto aos professores durante a realização desta atividade. Todavia, na entrevista realizada com os professores um deles mencionou que quatro dos cinco discentes que não se sentiam seguros lhe procuraram posteriormente, em sala de aula, para sanar suas dúvidas e após os esclarecimentos obtidos demonstraram maior segurança sobre o entendimento da funcionalidade das declarações tratadas na atividade de extensão.

Reforçando o que foi verificado na primeira classe da análise de dados, em uma pergunta aberta no final do questionário, notou-se curiosidade espontânea dos alunos a respeito de novos temas a serem tratados em outras atividades de extensão. Nas respostas desta pergunta aberta, houveram solicitações de abordagens de outros procedimentos referentes as funcionalidades dos softwares de entrega de declarações em novas atividades de extensão, a apresentação de outros programas validadores e ainda a sugestão de se despendar uma maior carga horária para realização da atividade de extensão. Nota-se assim o interesse pessoal dos alunos em participar das atividades, fator esse que se demonstra importante para o desenvolvimento e a realização desta.

Diante disso, fica claro que a atividade de extensão realizada na UNESPAR campus Apucarana aos participantes do terceiro e quarto anos do curso de Ciências Contábeis proporcionou uma influência social e profissional nos discentes que participaram da atividade fazendo com que estes propaguem seu conhecimento na sociedade por meio de discussões realizadas em seu meio social e ainda atuem profissionalmente tendo consciência de quais são os desafios que serão enfrentados durante o desempenho de sua profissão.

5. Conclusões

Os resultados da pesquisa demonstraram que quanto ao aspecto social a contribuição da atividade dá-se por meio de esclarecimentos aos discentes a respeito de procedimentos a serem realizados que possibilitam o entendimento dos mesmos com relação a sua responsabilidade solidária no que se refere ao preenchimento correto das declarações e caso algum ente da sociedade o procure para receber auxílio no preenchimento destas ele esteja preparado para sanar todas suas dúvidas e proporcionar maior eficácia no cumprimento das

obrigações tributárias abordadas na atividade, bem como esclarecer sobre as possibilidades de direcionamento de tributos a entidades do terceiro setor proporcionando benefício financeiro e econômico à sociedade.

Com relação ao aspecto profissional a atividade permite contato com simulações de realidades vivenciadas por profissionais da área fazendo com que os discentes percebam o funcionamento de aplicativos que são exigidos para cumprimento de obrigações tributárias nacionais. Esse contato com a realidade empírica proporciona aos discentes uma minimização de possibilidades de o mesmo atuar de forma incorreta durante o desenvolvimento de sua atividade profissional fazendo com que ele(a) compreenda a importância de se realizar declarações com dados fidedignos, corretos e sem omissões e ainda entenda quais os riscos que um procedimento incorreto pode acarretar para ele(a) como profissional.

Com relação as limitações do estudo, o fato de a pesquisa se restringir a um grupo de alunos de uma universidade, faz com que não seja possível generalizar os resultados exigindo-se para isso um maior aprofundamento do estudo por meio de replicação do mesmo em outras instituições de ensino superior.

Como possibilidade de pesquisas futuras sugere-se que sejam realizadas replicações desta ou, então, estudos que pesquisem outras áreas e outras modalidades de atividade de extensão em cursos de ciências sociais aplicadas aumentando assim a população pesquisada e ampliando os resultados para poder ter acesso a um maior banco de dados e realização de comparação entre estes.

Finalmente, observa-se que a atividade de extensão pesquisada propiciou uma iniciação profissional no que diz respeito ao esclarecimento sobre situações que o(a) estudante irá vivenciar após concluir o curso e ingressar no mercado de trabalho. Outrossim, fica claro que a atividade de extensão capacita profissionalmente o(a) estudante, todavia, após ingressar no mercado de trabalho ele(a) precisará se aprofundar em legislações e normas para exercer sua profissão que foi introdutoriamente subsidiada por conteúdo teórico em sala concomitantemente a exposições de situações práticas trabalhadas nas atividades de extensão.

Referências

- Andrade, M. M. Como prepara trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas (5ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A. 2002
- Batista, Z. N., & Kerbauy, M. T. M. (2018). A gênese da extensão universitária brasileira no contexto de formação do ensino superior. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 13(3), 916-930.
- Berheim, C. T. (1978). El nuevo concepto de extensión universitaria y difusión cultural y su relación con las políticas de desarrollo cultural en América Latina. *Anuario de estudios centroamericanos*, 93-126.
- Beuren, I. M.; Raupp, F. M. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. Editora Atlas. São Paulo, 2003.

BRASIL. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm

BRASIL. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm

BRASIL. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

BRASIL. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Ministério da Educação.
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf

CEPE/UNESPAR. Universidade Estadual do Paraná. Resolução nº 011/2015.
<https://www.unespar.edu.br/projetos/ufe/regulamentos-extensao-universitaria-1-1.pdf>

Cruz, P. J. S. C. (2013). Extensão popular: um jeito diferente de conduzir o trabalho social da Universidade. *Educação popular na universidade*, 181-201.

Cunha, L. A. A Universidade temporã – da colônia à era Vargas. 3ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2007.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC (2000/2001). Plano Nacional de Extensão Universitária. Belo Horizonte: Universidade do Estado de Minas Gerais.

Gibbs, G. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: Artmed Editora S.A. 2009.

Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 1999.

da Silva Koglin, T. S., & de Oliveira Koglin, J. C. (2019). A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 10(2), 71-78.

Kochhann, A. (2017). A extensão universitária no Brasil: compreendendo sua historicidade. *Semana de Integração*, 6, 546-557.

Mascarenhas, A. L. L. D., da Silva, M. R. F., & Torres, M. B. R. (2021). A posição da extensão universitária no espaço acadêmico brasileiro: aspectos legais e campo de lutas. *Extensio: Revista Eletrônica de Extensão*, 18(38), 2-16..

Magalhães, D. V., Ferreira, M. M. M. G., Neto, L. R. F., Dessy, L. T., & Moreira, R. C. (2020). Analisar as ações de integração no ensino em administração além dos muros no período de pandemia do covid 19 da faculdade da Amazônia. *Revista Valore*, 5, 48-63.

de Medeiros, M. M. (2017). A extensão universitária no Brasil-um percurso histórico. *BARBAQUÁ, 1*(1), 9-16..

Melo Neto, J. F. Extensão universitária: uma análise crítica. João Pessoa: Editora Universitária, 2001. In:

http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros/pa_l_2001_extensao_universitaria_-_uma_analise_critica.pdf

Miguens JR. S. A. Q. & Celeste, R. K. A extensão universitária. 2014. In: https://www.researchgate.net/publication/253645827_A_EXTENSAO_UNIVERSITARIA_-_Capitulo_de_Livro

Moreira, J. D. A. P., das Graças Vieira, M., & da Silva, C. G. (2015). Entre a teoria, a prática e a tecnologia: relação entre o saber teórico e o saber prático no contexto da formação contábil e o pensamento de Jürgen Habermas. *Brazilian Business Review, 12*(4), 130..

Nogueira, M. D. D. P. (2001). Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: UNB, 57-72.*

Nogueira, M. D. Políticas de extensão universitária brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

Nogueira, M. D. P. (Org.) (2000). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEXT; UFMG; Fórum.

Oliveira, F. S. G., Melo, Y. D. A. D., & Rodriguez, M. V. R. Y. (2023). Motivação: um desafio na aplicação das metodologias ativas no ensino superior. Avaliação: *Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), 28*, e023004.

Oliveira, F., & Goulart, P. M. (2015). Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. *Revista Ciência em Extensão, 11*(3), 8-27.

Pereira dos Passos, A. P., & Martins Lohn, V. (2021). A percepção dos estudantes e professores sobre a extensão comunitária: um estudo de uma universidade comunitária. Em *Extensao, 20*(2).

Pereira, N. F. F., & da Silva Vitorini, R. A. (2019). Curricularização da extensão: desafio da educação superior. *Interfaces-Revista de Extensão da UFMG, 7*(1).

Pinheiro, J. V., & Narciso, C. S. (2022). A importância da inserção de atividades de extensão universitária para o desenvolvimento profissional. *Revista Extensão & Sociedade, 14*(2).

dos Santos, M. S. F., & de Pinho, M. J. (2019). A extensão universitária e sua contribuição na formação do estudante de graduação. *Revista UFG, 19*.

dos Santos, A. B. (2020) A curricularização da extensão universitária a partir do plano nacional de Educação do Brasil: dificuldades e possibilidades. Tese de Doutorado em Ciências da Educação Especialidade de Desenvolvimento Curricular. Universidade do Minho.

Serrano, R. M. S. M. (2012). Avaliação Institucional da Extensão Universitária na UFPB: a regulação e a emancipação. (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB). <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4689/1/Arquivototal.pdf>

Silva, A. C. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2003.

de Vargas, S. B., Scherer, A. P. Z., & Garcia, L. S. (2020). As metodologias ativas no ensino da contabilidade: relato de experiências na sala de aula. *Brazilian Journal of Development*, 6(1), 3885-3905.

Yin, R. K. Estudo de Caso, Planejamento e Métodos 2ª ed. Artmed editora S.A. São Paulo, 2001.

Yin, R. K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: Penso. 2016